



# JORNAL OFICIAL

Quinta-feira, 25 de março de 2021



Série

Número 51

## Sumário

### SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

#### **Aviso n.º 114/2021**

Celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado, na categoria de Técnico Superior, com 15 trabalhadores, Alexandra Isabel Dias Gil, Bruna Furtado Mendes de Abreu, Carole Caetano Teles, Gina Sorel Viríssimo Abreu Marques de Freitas, Gonçalo Miguel Freitas Sousa, Isabel Margarida Castro Mendonça, Maria Fernandes Pereira, Maria Ivone Góis Meneses, Mariana Simões Jorge Molianni, Nuno Filipe Nunes Sena Carvalho, Nuno Miguel Correia Almeida, Olivia Adriana Teixeira Martins, Pedro Damião Gonçalves Baptista Fernandes, Raquel José Pita Vieira, Sara Cecília Gouveia Vaz Pinto.

#### **Declaração n.º 5/2021**

Registo da alteração dos estatutos da Instituição Particular de Solidariedade Social denominada Associação de Desenvolvimento Comunitário do Funchal.

#### **Despacho n.º 113/2021**

Subdelegação de competências da Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, Ana Isabel Brazão Andrade Silva.

### ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO FUNCHAL

#### **Ato Societário n.º 5/2021**

Alteração de Estatutos.

**SECRETARIA REGIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA**

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL DA MADEIRA, IP-RAM

**Aviso n.º 114/2021**

Aviso 02-2021

Torna-se público que na sequência de procedimento concursal comum, foi por despacho da Signatária datado de 28-12-2020, no uso de delegação de competências previstas nas alíneas c) do ponto 1.10., do Despacho n.º 429/2020, de 26-10-2020 do Conselho Diretivo do ISSM, IP-RAM, publicado no JORAM, II Série, n.º 207, de 04-11-2020, autorizada a celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado, na categoria de Técnico Superior, dos candidatos abaixo identificados, nos termos do n.º 4, do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 30-12-2020, com exceção da candidata Bruna Furtado Mendes de Abreu, cuja admissão corresponde à data de 03-03-2021:

- Alexandra Isabel Dias Gil;
- Bruna Furtado Mendes de Abreu;
- Carole Caetano Teles;
- Gina Sorel Viríssimo Abreu Marques de Freitas;
- Gonçalo Miguel Freitas Sousa;
- Isabel Margarida Castro Mendonça;
- Maria Fernandes Pereira;
- Maria Ivone Góis Meneses;
- Mariana Simões Jorge Molianni;
- Nuno Filipe Nunes Sena Carvalho;
- Nuno Miguel Correia Almeida;
- Olivia Adriana Teixeira Martins;
- Pedro Damião Gonçalves Baptista Fernandes;
- Raquel José Pita Vieira;
- Sara Cecília Gouveia Vaz Pinto

Os mesmos ficam posicionados na 2.ª posição remuneratória, Nível 15, da carreira e categoria de Técnico Superior, da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de dezembro.

Isento de fiscalização prévia pela S.R.M.T.C..

Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, aos 15 dias do mês de março de 2021.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO, Micaela Fonseca de Freitas

**Declaração n.º 5/2021**

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de solidariedade Social, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2015/M, de 02/12, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2017/M, de 01/06 e no Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade, aprovado pela Portaria n.º 96/91, de 11/06, da Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania, que se procedeu ao registo da alteração dos estatutos da Instituição Particular de Solidariedade Social, Associação de Desenvolvimento Comunitário do Funchal.

Foi analisado pelo Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM a alteração dos Estatutos em conformidade com o quadro legal do referido estatuto, sendo

que o registo das ditas alterações foi efetuado pelo averbamento n.º 2/2021 à inscrição n.º 1/03, a fls. 30 e verso do Livro de inscrição de Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM em 16 de março de 2021.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO, Micaela Fonseca de Freitas

**Despacho n.º 113/2021**

Despacho de subdelegação de competências

Considerando que a estrutura orgânica do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, adiante designado abreviadamente por ISSM, IP-RAM, aprovada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2012/M, de 16 novembro, alterada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2015/M, de 13 de agosto e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 29/2016/M, de 15 de julho e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2018/M, de 31 de dezembro, bem como a respetiva organização interna e as competências dos serviços e estabelecimentos integrados que funcionam na sua dependência, constante dos Estatutos, aprovados pela Portaria n.º 17/2017, de 23 de janeiro, publicada no JORAM, I Série, n.º 15, de 23 de janeiro de 2017, adiante denominados Estatutos e no âmbito das competências próprias constantes da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na redação dada, por último, pelo Decreto-Lei n.º 96/2015, de 29 de maio, e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada por último, pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro e nos termos do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada por último pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, e do Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de fevereiro, que cria as Secções de Processo Executivo do Sistema de Solidariedade e Segurança Social e define as regras especiais daquele processo, na redação dada, por último, pelo Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, e do artigo 63.º da Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, que aprova o Regime Processual aplicável às Contraordenações Laborais e de Segurança Social, na redação dada pela Lei n.º 55/2017, de 17 de julho, e nos termos do disposto artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro e no uso das competências que me foram delegadas pelo n.º 2 e 3 do Despacho n.º 493/2019, da Presidente do Conselho Diretivo e pelo n.º 1, 1.3 e 1.6 do Despacho n.º 495/2019, do Conselho Diretivo, publicados no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, II Série, n.º 212, de 11 de dezembro de 2019, subdelego na dirigente seguidamente identificada, sem prejuízo de avocação, a competência para a prática dos seguintes atos:

1. Na licenciada Elaine Souza da Silva Martins, Coordenadora do Gabinete Jurídico do ISSM, IP-RAM, e desde que sejam respeitados os condicionamentos legais, os regulamentos aplicáveis, o indispensável e prévio cabimento orçamental e as orientações técnicas do conselho diretivo, os poderes necessários para a prática dos seguintes atos:

- 1.1. Coordenar o funcionamento dos respetivos serviços, despachando e decidindo todos os processos e assuntos relacionados com as competências definidas no artigo 22.º dos Estatutos do ISSM, IP-RAM, aprovados pela Portaria n.º 17/2017, de 23 de janeiro, emitindo as instruções que entender por necessárias e convenientes à boa consecução dos seus objetivos;
  - 1.2. Planear, programar e avaliar as atividades dos respetivos serviços, no quadro do plano de atividades do ISSM, IP-RAM;
  - 1.3. Apresentar proposta de plano de ação sectorial e relatório de atividades, para a submeter a despacho superior;
  - 1.4. Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente necessária ao normal funcionamento dos serviços por si dirigidos, com exceção da que for dirigida a órgãos de soberania nacional e bem assim aos institutos nacionais, à Assembleia Legislativa da Madeira e ao Governo Regional da Madeira e aos respetivos titulares dos órgãos de soberania, à Provedoria de Justiça e a outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado e das Regiões Autónomas, salvaguardando situações de mero expediente ou de natureza urgente;
  - 1.5. Assinar e despachar todo o expediente necessário à instrução dos processos e à execução de deliberações ou decisões proferidas do Gabinete Jurídico;
  - 1.6. Emitir declarações ou certidões para instrução de processos e a requerimento dos interessados, relativamente às respetivas áreas de intervenção e autorizar o fornecimento de dados e de informações exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados;
  - 1.7. As seguintes competências específicas no âmbito da proteção jurídica:
    - 1.7.1. Deferir e indeferir os requerimentos de proteção jurídica que se situem na área geográfica de intervenção do ISSM, IP-RAM;
    - 1.7.2. Decidir quanto ao pedido referido nos n.ºs 6 e 7 do artigo 8.º-A da Lei n.º 47/2007, de 28 de agosto;
    - 1.7.3. Apreciar os recursos de impugnação interpostos em conformidade com os n.ºs 1 e 3 do artigo 27.º da referida lei, preparando a informação com vista a habilitar decisão superior de manutenção ou revogação do despacho proferido;
    - 1.7.4. Remeter ao tribunal competente o processo administrativo, nos termos da lei;
    - 1.7.5. Requerer a quaisquer entidades informações adicionais relevantes para a instrução e decisão dos pedidos de proteção jurídica;
    - 1.7.6. Apreciar o cancelamento de proteção jurídica, nos termos do artigo 10.º da referida lei, preparando a informação com vista a habilitar a respetiva decisão superior;
  - 1.8. As seguintes competências específicas, no que respeita à intervenção judicial do ISSM, IP-RAM em processos judiciais com vista à reclamação de dívida de contribuintes e beneficiários:
    - 1.8.1. Preparar e acompanhar os processos com vista à efetivação da reclamação dos créditos da segurança social em sede de quaisquer processos judiciais, nomeadamente, processos de insolvência e recuperação de empresas, processo especial de revitalização, falências e execução e de natureza cível e laboral, articulando-se com os Departamentos de Contribuintes, Departamento de Prestações e Departamento de Gestão Financeira e preparar a informação relativa à posição a assumir pela segurança social no âmbito desses mesmos processos, nos termos legais, com vista a habilitar a competente decisão superior;
    - 1.8.2. Promover, no âmbito dos processos referidos no número anterior, a constituição de hipotecas e outras garantias a favor do ISSM, IP-RAM, para garantia do cumprimento das respetivas obrigações perante a segurança social;
    - 1.8.3. Requerer, mediante prévio despacho superior autorizador, o registo de hipotecas legais, bem como quaisquer outros atos de registo e bem assim o registo de cancelamento de hipotecas legais ou voluntárias sobre imóveis constituídas a favor do ISSM, IP-RAM para garantia de cumprimento de obrigações contributivas, fora do âmbito do processo executivo;
  - 1.9. Assinar, no âmbito das competências ora delegadas, com aposição do selo branco em uso no ISSM, IP-RAM;
  - 1.10. Praticar todos os demais atos que se integrem na delegação ora conferida.
2. Subdelego, ainda, na dirigente acima identificada, as seguintes competências quanto ao pessoal afeto à respetiva unidade orgânica:
    - 2.1. Garantir a aplicação do processo de avaliação do desempenho (SIADAP), nos termos da legislação em vigor;
    - 2.2. Confirmar as folhas de presença dos respetivos trabalhadores;

- 2.3. Decidir os pedidos de justificação de faltas;
- 2.4. Aprovar os mapas de férias e autorizar as respetivas alterações;
- 2.4.1. Autorizar férias antes da aprovação do mapa de férias e o seu gozo interpolado;
- 2.5. Visar os boletins de itinerário dos respetivos trabalhadores.
3. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, as competências ora subdelegadas poderão ser objeto de subdelegação.
4. O presente despacho é de aplicação imediata, ficando desde já ratificados todos os atos praticados pela dirigente ora delegada, no âmbito das matérias constantes deste despacho, desde 01 de março de dois mil e vinte e um, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo.

Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, aos dezanove dias do mês de março de dois mil e vinte e um

A VOGAL DO CONSELHO DIRETIVO DO INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL DA MADEIRA, IP-RAM, Ana Isabel Brazão Andrade Silva.

## ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO FUNCHAL

### Ato Societário n.º 5/2021

Estatutos da Associação de Desenvolvimento  
Comunitário do Funchal

#### CAPITULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

##### ARTIGO 1.º (DENOMINAÇÃO, SEDE)

- 1 - A Associação de Desenvolvimento Comunitário do Funchal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída por tempo indeterminado, sob a forma de associação de solidariedade social, com sede na Rua da Alegria, 14 - B, na cidade do Funchal e que se rege pelos presentes estatutos.
- 2 - A Associação poderá ainda usar o nome de “Associação Garouta do calhau”
- 3 - A Associação poderá celebrar acordos com outras pessoas, singulares ou coletivas, que comunguem dos seus objetivos e possam ser úteis à prossecução dos mesmos.

##### ARTIGO 2.º (OBJETIVOS)

- 1 - A Associação de Desenvolvimento Comunitário do Funchal, tem como principais objetivos:
- a) Promover a integração e o desenvolvimento social de crianças, jovens, adultos ou idosos,

- que pertençam a grupos sociais mais desfavorecidos e em situação de risco.
- b) Implementar, colaborar e acompanhar programas e projetos, sejam de âmbito local ou regional, sejam de âmbito nacional ou internacional, que visem a formação, educação, ocupação de tempos livres e animação sociocultural das populações mais desfavorecidas.
- c) Promover a articulação e a coordenação entre outras instituições por forma a canalizar e racionalizar os recursos da sociedade e assegurar um processo de desenvolvimento integrado.
- d) Implicar a população por forma a que esta tenha uma atitude participativa e consciente dos seus problemas e necessidades.
- e) Contribuir para corrigir os erros da sociedade, “ajudando a tornar bom aquilo que era ou poderia vir a ser mau”. -
- f) -ajudar no combate a pobreza, nomeadamente na sua componente estrutural, na saúde mental, no emprego, na educação, na igualdade de oportunidades, na promoção da dignidade humana e na qualidade de vida das populações, de forma especial as mais desfavorecidas.

##### ARTIGO 3.º (ÂMBITO DE INTERVENÇÃO)

O seu âmbito de ação tem como objecto primordial a Região Autónoma da Madeira, com especial incidência na população residente em zonas degradadas do concelho do Funchal, mas com vocação nacional e internacional. Sempre que os recursos o permitam.

##### ARTIGO 4.º (AÇÕES)

- 1 - Com vista à concretização dos seus objetivos, a Associação diligenciará várias ações, nomeadamente, nas seguintes áreas:
- a) Promoção de formação profissional/emprego e qualificação;
- b) Animação sócio recreativa, cultural e desportiva;
- c) Informação/sensibilização e educação para a saúde, ambiente, cidadania, gestão doméstica e promoção da dignidade humana;
- d) Promoção, criação e gestão de qualquer tipo de equipamentos sociais;
- e) Promoção, afirmação e consolidação dos direitos dos cidadãos, contribuindo ativamente para o seu exercício efetivo;
- f) promoção de apoio a indivíduos ou grupos com necessidades especiais, nomeadamente o apoio a demência por forma a garantir uma melhor integração na sociedade;
- g) apoio ao cuidador;
- h) promoção de ações de combate a pobreza;
- i) promoção de ações de ajuda e distribuição alimentar, nomeadamente o combate ao desperdício alimentar;
- j) as ações a promover devem tentar sempre que possível serem inovadoras, originais, criativas, fora do formato estabelecido, pretendendo ir sempre mais além, nunca acomodados e nunca resignados com as injustiças sociais.

- k) promoção, afirmação e consolidação dos direitos dos cidadãos, contribuindo ativamente para o seu exercício efetivo;
- l) colaboração com as mais diversas instituições locais, nacionais ou internacionais, no maior respeito pelas suas competências, objetivos, áreas de intervenção e população alvo;
- m) ações de promoção de competências pessoais, nomeadamente no combate a pobreza estrutural, promovendo por qualquer forma o indivíduo na sua componente psicológica e na valorização das suas capacidades

## CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

### ARTIGO 5.º (CAPACIDADE)

Podem ser Associados, todos os cidadãos maiores de dezoito anos, capazes nos termos da lei geral, e pessoas coletivas.

### ARTIGO 6.º CATEGORIAS DE ASSOCIADOS)

- 1 - Haverá quatro categorias de Associados:
  - a) Fundadores - os sócios efetivos que fundaram a Instituição;
  - b) Efetivos - as pessoas que se proponham colaborar na realização dos fins da instituição, obrigando-se ao pagamento de uma quota mensal, no montante fixado pela Assembleia Geral;
  - c) Honorários - as pessoas que, através de serviços ou donativos, deem contribuição especialmente relevante para a realização dos fins da instituição, como tal reconhecida e proclamada pela assembleia Geral;
  - d) Beneméritos - pessoas que tenham contribuído significativamente para os fins da instituição com bens de valor superior ao fixado pela Assembleia para os sócios efetivos.
- 2 - A Assembleia Geral, sob proposta da Direção, poderá equiparar a membro Fundador, outras pessoas coletivas que tenham representação ao nível e/ou área de intervenção da Associação e que aqui desenvolvam atividades consideradas de grande mérito e relevância.

### ARTIGO 7.º (DA ADMISSÃO)

- 1 - A admissão dos membros é da competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direção.
- 2 - A candidatura deverá ser instruída com todos os elementos que se tenham por indispensáveis, designadamente os que habilitem ao enquadramento nas categorias de membros previstas.
- 3 - A deliberação da Assembleia que decidir sobre a admissão do(s) associado(s), deverá definir a respetiva categoria, nos termos do próprio Regulamento Interno da Associação.

### ARTIGO 8.º (Qualidade de Associado)

- 1 - A qualidade de Associado, prova-se pela inscrição no livro respetivo que a Associação obrigatoriamente possuirá.
- 2 - A qualidade de Associado não é transmissível quer por ato entre vivos quer por sucessão.

### ARTIGO 9.º (Direitos dos Associados)

- 1 - São direitos dos Associados:
  - a) Auferir dos benefícios da atividade da Associação;
  - b) Apresentar propostas e/ou sugestões consideradas úteis ou necessárias à realização dos objetivos da Associação;
  - c) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
  - d) Eleger e ser eleito para cargos sociais;
  - e) Requerer a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do n.º 6 do artigo 23.º dos presentes estatutos.
  - f) Examinar os livros, relatórios de contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito, com a antecedência mínima de quinze dias e se verifique um interesse pessoal, direto e legítimo.
- 2 - Os Associados Efetivos, só poderão exercer os direitos conferidos pelos presentes Estatutos ou pela lei geral, se tiverem em dia o pagamento das respetivas quotas.
- 3 - Gozam de capacidade eleitoral ativa os Associados, com pelo menos, um ano de vida associativa, podendo, no entanto, assistir às respetivas Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias.
- 4 - Fica também vedado aos Associados Efetivos com data de inscrição inferior a um ano, ser eleito para cargos sociais e requerer a convocação de Assembleias Gerais Extraordinárias.
- 5 - Não são, ainda, elegíveis para os cargos sociais os Associados que, mediante processo judicial transitado em julgado, tenham sido removidos dos cargos diretivos desta Associação ou de outra instituição particular de solidariedade social, ou tenham sido declarados responsáveis pela prática de irregularidades cometidas no exercício das suas funções.
- 6 - Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.
- 7 - Os Associados que sejam em simultâneos trabalhadores ou beneficiários, gozarão das mesmas regalias e direito que os outros Associados, salvo no que respeita ao direito ao voto em deliberações respeitantes a retribuições de trabalho, regalias sociais ou quaisquer benefícios que lhe digam respeito.

ARTIGO 10.º  
(Deveres dos Associados)

- 1 - São deveres dos Associados:
  - a) Pagar pontualmente as respetivas quotas, tratando-se de Associados Efetivos;
  - b) Contribuir para a realização dos fins institucionais, por meio de donativos ou serviços;
  - d) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;
  - e) Observar as disposições estatutárias e regulamentos e as deliberações dos corpos gerentes;
  - f) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que forem eleitos;
  - g) Prestar à Associação a colaboração necessária à realização das suas atividades abstendo-se de praticar atos contrários ou incompatíveis com a realização dos seus objetivos.

ARTIGO 11.º  
(Sanções)

- 1 - Os Associados que violarem os deveres estabelecidos no Artigo 9.º dos presentes Estatutos, ou os deveres resultantes dos Regulamentos Internos e da Lei Geral, ficam sujeitos à aplicação das seguintes sanções:
  - a) Repreensão registada;
  - b) Suspensão dos direitos até trezentos e sessenta e cinco dias;
  - c) Expulsão.
- 2 - Será aplicada uma medida de suspensão dos respetivos direitos aos Associados que, depois de avisados e sem qualquer fundamento ponderoso, tenham mais de três meses de quotas em atraso.
- 3 - Será aplicada a medida de Expulsão aos Associados que por ato doloso tenham prejudicado materialmente a Associação.
- 4 - As sanções de repreensão registada e de suspensão, quando aplicadas por um período inferior a trinta dias, serão da competência da Direção, delas cabendo Recurso para a Comissão de Acompanhamento de Atividades.
- 5 - As sanções de suspensão por um período igual ou superior a trinta dias e a de expulsão, são da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direção.
- 6 - A aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c) do número 1, só se efetivará mediante processo escrito com audição obrigatória do Associado visado.
- 7 - A suspensão de direitos não desobriga o Associado do pagamento das respetivas quotas.

ARTIGO 12.º  
(Perda da qualidade de Associado)

- 1 - Perdem a qualidade de Associados, todos aqueles que:
  - a) Voluntariamente expressem o desejo de deixar de pertencer à Associação e a notifiquem de tal decisão por carta registada com aviso de receção, com antecedência de cento e oitenta dias;

- b) Deixem de prosseguir os objetivos da Associação;
  - c) Tendo em dívida quaisquer encargos ou quotas vencidas, não os paguem dentro do prazo que, por carta registada com aviso de receção, lhes for fixado pela Direção.
  - d) Tenham dolosamente praticado atos contrários aos objetivos da Associação ou suscetíveis de afetar gravemente o seu prestígio.
- 2 - A suspensão ou expulsão de qualquer Associado, em consequência de falta grave, apurada em processo aberto para o efeito e instruído pela Direção, será deliberada pela Assembleia Geral, por proposta da Direção, observada a maioria absoluta dos votos dos respetivos membros.
- 3 - O Associado que por qualquer forma deixar de pertencer à Associação não tem direito a reaver as quotizações ou donativos que tenha pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação.

CAPÍTULO III  
DOS CORPOS GERENTES

SECÇÃO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 13.º  
(Órgãos da Associação)

- 1 - São Órgãos da Associação:
  - a) A Assembleia Geral;
  - b) A Direção;
  - c) O Conselho Fiscal.

ARTIGO 14.º  
(Mandato)

- 1 - A duração do mandato dos Corpos Gerentes é de quatro anos, devendo proceder-se à sua eleição em Assembleia Geral Ordinária até ao final do mês de Dezembro do ano civil em que terminar o mandato.
- 2 - Os titulares dos Órgãos mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares.
- 3 - Sem prejuízo do disposto no número quatro do presente Artigo, o mandato inicia-se com a tomada de posse perante o Presidente cessante da Mesa da Assembleia e deve ter lugar até ao trigésimo dia posterior ao da eleição.
- 4 - Caso o Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral não confira a posse no prazo previsto no número anterior, os titulares eleitos pela Assembleia Geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação da eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar.
- 5 - Quando a eleição tenha sido realizada extraordinariamente fora do mês de Dezembro, a posse deverá ter lugar no prazo estabelecido no número três, mas para efeitos do disposto no número um, o mandato considera-se iniciado na primeira quinzena do ano civil em que ocorreu a eleição.

- 6 - Em caso de vacatura da maioria dos membros de cada Órgão Social, depois de esgotados os respectivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês, aplicando-se no mais o disposto nos números anteriores.
- 7 - O termo dos mandatos dos membros eleitos nas condições do número anterior, coincidirá com o termo do mandato dos membros inicialmente eleitos.
- 8 - O Presidente da Direção só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.
- 9 - Não é permitido aos membros dos Corpos Gerentes o desempenho simultâneo de mais de um cargo.
- 10 - A inobservância do disposto no presente Artigo determina a nulidade da eleição.
- 11 - Os órgãos de administração e de fiscalização não podem ser constituídos majoritariamente por trabalhadores da instituição.
- 12 - Não podem exercer o cargo de presidente do órgão de fiscalização trabalhadores da instituição.

ARTIGO 15.º  
(Deliberações)

- 1 - Os Corpos Gerentes são convocados pelos respectivos Presidentes, só podendo deliberar na presença da maioria dos respectivos titulares.
- 2 - O direito de voto efetiva-se mediante a atribuição de um voto a cada associado.
- 3 - As deliberações serão tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o respetivo Presidente além do seu voto, direito a voto de desempate.
- 4 - As votações respeitantes às eleições dos Corpos Gerentes ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros, serão feitas, obrigatoriamente, por escrutínio secreto.
- 5 - São nulas as deliberações:
  - a) Tomadas por um órgão não convocado, salvo se todos os seus titulares tiverem estado presentes ou representados ou tiverem posteriormente dado, por escrito, o seu assentimento à deliberação.
  - b) Cujo conteúdo contrarie normas legais imperativas.
  - c) Que não estejam integradas e totalmente reproduzidas na respetiva ata.
- 6 - Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, não se considera convocado o órgão quando o aviso convocatório seja assinado por quem não tenha essa competência ou quando dele não constem o dia, a hora e local da reunião, ou quando reúnam em dia, hora ou local diverso do constante no aviso.

- 7 - São anuláveis as deliberações, de qualquer órgão que sejam contrárias à Lei, Estatutos ou Regulamentos, que não sejam nulas nos termos do artigo anterior.

ARTIGO 16.º  
(Responsabilidade)

- 1 - Os membros dos Corpos Gerentes são responsáveis civil e criminalmente pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.
- 2 - Sem prejuízo do disposto na Lei geral, os membros dos Corpos Gerentes ficam exonerados de responsabilidade se:
  - a) Não tiverem tomado parte na respetiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes.
  - b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respetiva.

ARTIGO 17.º  
(Deveres)

- 1 - Sem prejuízo do disposto no Artigo 9.º, são deveres dos membros dos Corpos Gerentes:
  - a) Não votar em assuntos que lhes digam diretamente respeito ou nos quais sejam interessados os respetivos cônjuges, ou pessoa com quem vivam em condições análogas às dos cônjuges, ascendentes, descendentes ou equiparados, ou qualquer parente ou afim em linha reta ou no 2.º grau da linha colateral.
  - b) Não contratar direta ou indiretamente com a Associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a Associação.
  - c) Não exercer atividade conflituante com a atividade da Associação onde estão inseridos, nem integrar corpos sociais de entidades conflituantes com os da instituição, ou de participadas desta.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que existe uma situação conflituante:
  - a) Se tiver interesse num determinado resultado ilegítimo, num serviço ou numa transação efetuada;
  - b) Se obtiver uma vantagem financeira ou benefício de outra natureza que o favoreça.
- 3 - Os fundamentos das deliberações sobre os contratos referidos no número anterior deverão constar das atas das reuniões do respetivo Corpo Gerente.

ARTIGO 18.º  
(Direitos)

- 1 - Os Associados podem fazer-se representar por outros Associados nas reuniões da Assembleia Geral em caso de comprovada impossibilidade de comparência, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa, com assinatura submetida a reconhecimento simples por notário ou advogado.
- 2 - Cada Associado não pode representar mais do que um Associado.

- 3 - É admitido o voto por correspondência sob condição de o seu sentido ser expressamente indicado em relação a cada ponto da ordem de trabalhos e a respetiva assinatura submetida a reconhecimento simples em notário ou advogado.

ARTIGO 19.º  
(Atas)

Das reuniões dos Corpos Gerentes serão sempre lavradas atas, que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral pelos membros da respetiva Mesa.

SECÇÃO II  
DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 20.º  
(Constituição da Assembleia Geral)

- 1 - A Assembleia Geral é o órgão supremo da Associação, sendo as suas deliberações, desde que tomadas em conformidade com a Lei, Estatutos e regulamentos, obrigatórias para os restantes Órgãos Sociais e para todos os Associados.
- 2 - A Assembleia Geral é constituída por todos os Associados admitidos há pelo menos um ano, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.
- 3 - A Assembleia é dirigida pela respetiva Mesa constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.
- 4 - Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respetivos substitutos de entre os Associados presentes, os quais cessarão essas funções no termo da reunião.

ARTIGO 21.º  
(Competências da Mesa da assembleia Geral)

- 1 - Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia, representá-la e, designadamente:
  - a) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos gerais;
  - b) Conferir posse aos Membros dos Corpos Gerentes eleitos e assinar os respetivos autos.
  - c) Assinar as atas das reuniões da Mesa da Assembleia Geral.

ARTIGO 22.º  
(Competências da Assembleia Geral)

- 1 - Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e, necessariamente:
  - a) Definir as linhas fundamentais de atuação da Associação;
  - b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respetiva Mesa e a totalidade ou a maioria dos membros dos Órgãos Executivos e de Fiscalização;
  - c) Apreciar e votar, anualmente, o orçamento e o programa de ação para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gestão.

- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- e) Deliberar sobre a alteração dos Estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação;
- f) Autorizar a Associação a demandar os membros dos Corpos Gerentes por factos praticados no exercício das suas funções.
- g) Deliberar sobre a aceitação de integração de uma instituição e respetivos bens;
- h) Aprovar a adesão a Uniões, Federações ou Confederações.

ARTIGO 23.º  
(Do funcionamento da Assembleia Geral)

- 1 - Os trabalhos da Assembleia Geral são dirigidos pela respetiva Mesa, constituída por três membros, um dos quais é o Presidente.
- 2 - Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respetivos substitutos, de entre os Associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.
- 3 - Nenhum titular dos Órgãos Executivos ou de Fiscalização pode ser membro da Mesa da assembleia Geral.
- 4 - A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.
- 5 - A Assembleia Geral reunirá em sessão ordinária:
  - a) No final de cada mandato, durante o mês de dezembro, para eleição dos titulares dos Órgãos Associativos;
  - b) Até 31 de Março de cada ano, para aprovação do relatório de contas de exercício do ano anterior e do parecer do Órgão de Fiscalização;
  - c) Até 30 de Novembro de cada ano para apreciação e votação do programa de ação e do orçamento para o ano seguinte e do parecer do Órgão de Fiscalização.
- 6 - A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo Presidente da Mesa da assembleia Geral, por iniciativa deste, a pedido da Direção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de pelo menos 10% do número de Associados no pleno gozo dos seus direitos.
- 7 - A reunião em sessão extraordinária da Assembleia Geral deverá realizar-se no prazo máximo de trinta dias a contar da receção do pedido ou requerimento que a solicita.

ARTIGO 24.º  
(Convocatória e Ordem de Trabalhos)

- 1 - A Assembleia Geral deve ser convocada com, pelo menos, quinze dias de antecedência, pelo Presidente da Mesa ou seu substituto nos termos dos presentes Estatutos.
- 2 - A convocatória é afixada na sede da Associação e remetida, pessoalmente, a cada associado através de correio eletrónico ou por meio de aviso postal ou ainda

por publicação num órgão de comunicação social da região. - Cada associado deverá facultar expressamente o endereço eletrónico para o qual deverá ser enviada a convocatória.

- 3 - Independentemente da convocatória nos termos do número anterior, é ainda dada publicidade à realização das Assembleias Gerais nas edições da Associação, no sítio institucional e em aviso afixado em locais de acesso público nas instalações e estabelecimentos da Associação.
- 4 - Da convocatória deve constar o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião. --
- 5 - Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis para consulta na sede e no sítio institucional da Associação, logo que a convocatória seja expedida para os Associados.
- 6 - A Assembleia reunirá à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos Associados com direito a voto, ou trinta minutos depois com qualquer número de presenças.
- 7 - A Assembleia Geral Extraordinária só poderá reuni se estiverem presentes, ou representados, três quartos dos requerentes.

#### ARTIGO 25.º (Deliberações)

- 1 - Sem prejuízo do disposto no Artigo 15.º dos Estatutos, e do n.º seis do presente Artigo, são anuláveis todas as deliberações tomadas sobre matérias que não constem da ordem de trabalhos fixada na convocatória, salvo se estiverem presentes ou devidamente representados todos os associados no pleno gozo dos seus direitos e todos concordarem com o aditamento.
- 2 - As deliberações da Assembleia são tomadas por maioria simples de votos, não se contando as abstenções.
- 3 - As deliberações sobre matérias constantes nas alíneas e), f), g) e h) do Artigo 22.º dos presentes estatutos, só serão válidas se obtiverem uma maioria qualificada de pelo menos dois terços dos votos expressos.
- 4 - No caso de deliberação sobre matéria vertida na alínea e) do supra aludido Artigo 22.º dos Estatutos, a dissolução não terá lugar se, pelo menos, um número de Associados igual ao dobro dos membros dos Corpos Gerentes se declarar disposto a assegurar a permanência da Associação, qualquer que seja o número de votos contra.
- 5 - As deliberações sobre alterações dos Estatutos e a destituição dos Órgãos Sociais só serão válidas se realizadas em Assembleia Extraordinária, convocada para o efeito com o voto favorável de três quartos dos Associados presentes ou devidamente representados.
- 6 - A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de ação civil ou penal contra os membros dos Corpos Gerentes pode ser tomada na sessão convocada para apreciação do balanço e relatório de contas do exercício, mesmo que a respetiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

### SECÇÃO III DA DIREÇÃO

#### ARTIGO 26.º (Constituição e funcionamento da Direção)

- 1 - A Direção é o órgão de administração e representação da Associação.
- 2 - A Direção da Associação é constituída por nove membros efetivos, eleitos por sufrágio universal, secreto: dos quais um Presidente, dois Vice-Presidentes, um Secretário geral, um Tesoureiro e quatro Vogais.
- 3 - Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.
- 4 - A Direção pode delegar poderes de representação e administração para a prática de certos atos ou de certas categorias de atos em qualquer dos seus membros, em profissionais qualificados ao serviço da instituição, ou em mandatários.
- 5 - Os suplentes da direção e os membros dos restantes órgãos sociais (mesa da assembleia geral e conselho fiscal) poderão assistir e participar nas reuniões da direção, sem direito a voto.

#### ARTIGO 27.º (Competência da Direção)

- 1 - Compete à Direção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:
  - a) Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;
  - b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Órgão de Fiscalização o relatório de contas de gerência, bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte;
  - c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros nos termos da lei.
  - d) Organizar o quadro de pessoal, contratar e gerir o pessoal da Associação;
  - e) Representar a Associação em juízo e fora dele, podendo a mesma, quando entender, delegar essa representação;
  - f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos Estatutos, dos Regulamentos e das deliberações dos Órgãos Sociais.
  - g) Definir, orientar e fazer executar a atividade da Associação de acordo com o plano de atividades e das linhas gerais traçadas e aprovadas pela Assembleia Geral.

#### ARTIGO 28.º (Deveres da Direção)

- 1 - A Direção reunirá obrigatoriamente uma vez em cada mês e sempre que o julgar conveniente por convocação do Presidente.
- 2 - As deliberações da direção são tomadas por maioria simples, tendo o Presidente Voto de qualidade.
- 3 - Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de:
  - a) Presidente e qualquer um dos dois vice presidentes;

- b) Presidente e tesoureiro;
  - c) Três quaisquer membros da direção, sendo que pelo menos uma das assinaturas terá de ser do presidente, do tesoureiro ou de um dos vices presidentes;
- 4 - Nas operações financeiras são obrigatórias duas assinaturas conjuntas, de entre o Presidente, o Tesoureiro, ou qualquer um dos vice-presidentes.
- 5 - Dos atos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Direção.

## ARTIGO 29.º

(Competência do Presidente da Direção)

- 1 - Compete ao Presidente da Direção, nomeadamente:
- a) Superintender na administração da Associação orientando e fiscalizando os respetivos serviços.
  - b) Convocar e presidir às reuniões da Direção, dirigindo os respetivos trabalhos.
  - c) Representar a Associação em juízo e fora dele.
  - d) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento do livro de atas da Direção.
  - e) Despachar os assuntos de normal expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Direção na primeira reunião seguinte.

## ARTIGO 30.º

(Competência dos Vice-Presidentes)

Compete aos Vice-Presidentes coadjuvar o Presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

## ARTIGO 31.º

(Competência do Secretário geral)

- 1- Compete ao Secretário:
- a) Lavrar as atas da Direção e superintender nos serviços de expediente;
  - b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Direção organizando os processos e os assuntos a serem tratados.
  - c) Superintender nos serviços de secretaria.
  - d) - coordenar em articulação direta com o presidente todas as atividades e valências da associação.

## ARTIGO 32.º

(Competência do Tesoureiro)

- 1 - Compete ao Tesoureiro:
- a) Receber e guardar os valores da Associação;
  - b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e de despesa;
  - c) preparar as autorizações de pagamento e as guias de receita conjuntamente com o secretario geral.
- Apresentar mensalmente à Direção o balancete em que se discriminarão as receitas e despesas do mês anterior;
- e) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.

## ARTIGO 33.º

(Competência do Vogal)

Compete ao Vogal coadjuvar os restantes membros da Direção nas respetivas atribuições e exercer as funções que a Direção lhe atribuir.

SECCÃO IV  
DO CONSELHO FISCALARTIGO 34.º  
(Composição)

- 1 - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Associação.
- 2 - O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais um Presidente e dois Vogais, eleitos em Assembleia Geral por escrutínio secreto em lista plurinominal de entre os representantes dos Associados.

ARTIGO 35.º  
(Competência)

- 1 - Compete ao Conselho Fiscal vigiar pelo cumprimento da lei e dos Estatutos e designadamente:
- a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Associação sempre que o julgue conveniente.
  - b) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões do órgão executivo, sempre que o considere conveniente.
  - c) Dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento e sobre todos os assuntos que o órgão executivo submeta à sua apreciação.
- 2 - O Conselho Fiscal pode solicitar à Direção elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão com aquele órgão de determinados assuntos cuja importância o justifique.
- 3 - O Conselho Fiscal reunirá pelo menos uma vez em cada trimestre e sempre que o julgue conveniente, por convocação do Presidente.
- 4 - As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas por maioria simples de voto, tendo o Presidente Voto de qualidade.

## ARTIGO 36.º

(Do mandato e dos representantes)

- 1 - O mandato da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal é de quatro anos.
- 2 - A Mesa da Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal funcionarão de acordo com o seu próprio regimento.
- 3 - Os Associados far-se-ão representar nos termos previstos nos Estatutos.
- 4 - Os representantes são livremente amovíveis pelas suas representadas mantendo-se em funções até à sua efetiva substituição.

CAPÍTULO IV  
REGIME FINANCEIROARTIGO 37.º  
(Exercício anual)

O exercício anual corresponde ao ano civil.

**ARTIGO 38.º**  
(Património e rendas)

- 1 - Constituem proventos da Associação:
  - a) O produto das joias e quotas dos Associados;
  - b) As participações dos utentes;
  - c) Os rendimentos de bens próprios;
  - d) As doações, legados e heranças e respetivos rendimentos;
  - e) Os subsídios do estado ou de organismos oficiais;
  - f) Os donativos, produtos de festas ou subscrições;
  - g) Os resultantes de recolhas de fundos;
  - h) Outras receitas.
- 2 - No caso de extinção da Associação, competirá à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eger uma Comissão Liquidatária.
- 3 - Os poderes da Comissão Liquidatária a que se alude no número anterior, ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à utilização dos negócios pendentes.
- 4 - O Património da Associação é constituído pelos bens expressamente afetos pelos associados fundadores da Associação, pelos bens ou equipamentos doados por entidades públicas ou privadas e pelos demais bens e valores que sejam adquiridos pela mesma.

**CAPÍTULO V**  
**DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS****ARTIGO 39.º**  
(Dissolução)

- 1 - A Associação só poderá ser dissolvida pela Assembleia Geral, quando se esgote o seu objeto e

por deliberação de três quartos do número de Associados, reunidos em sessão expressamente convocada para o efeito.

- 2 - Na Assembleia que decida a sua dissolução será nomeada uma Comissão Liquidatária que, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será constituída por um representante de cada uma das instituições fundadoras, ou na falta delas, pelos membros da Direção e do Conselho Fiscal em exercício.

**ARTIGO 40.º**  
(Direito de ação)

- 1 - O exercício em nome da Associação, do direito de ação civil ou penal contra membros dos Corpos Gerentes e mandatários deve ser aprovado em Assembleia Geral.
- 2 - A Associação será representada na ação pela Direção ou pelos Associados que para esse efeito forem eleitos pela Assembleia Geral.
- 3 - A deliberação da Assembleia Geral pode ser tomada na sessão convocada para apreciação do balanço, relatório e contas do exercício, mesmo que a respetiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

**ARTIGO 41.º**  
(Lacunas)

Em tudo os que os presentes Estatutos sejam omissos, regeirão as normas de direito aplicáveis os Regulamentos e as deliberações da Assembleia Geral.

**ARTIGO 42.º**  
(Foro)

Em caso de litígio, será competente o Tribunal da Comarca da sede da Associação.

## CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa.

## PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda .....	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas .....	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas.....	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas.....	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas .....	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas.....	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

## EXEMPLAR

## ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	<b>Anual</b>	<b>Semestral</b>
Uma Série.....	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries.....	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries .....	€ 63,78	€ 31,95;
Completa .....	€ 74,98	€ 37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA  
IMPRESSÃO  
DEPÓSITO LEGAL

Gabinete do Jornal Oficial  
Gabinete do Jornal Oficial  
Número 181952/02

Preço deste número: € 3,65 (IVA incluído)